



# Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4º Secretária - PPB

**ANGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedra; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rery Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1997  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caltó Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kliese, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 272/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk e outros que dispõe sobre Anistia Tributária e dá outras providências. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 93, de 10.06.97).

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/97 que dispõe sobre a Diretriz Orçamentária do Estado para o exercício financeiro de 1998, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, A nossa Bancada esteve analisando o LDO e ela define prioridades que não atendem a necessidade da população.

Hoje, o nível de desemprego é bastante elevado, no entanto, com baixo investimento na Secretaria do Trabalho e Ação Social, se compararmos com outras Secretarias. Há uma luta bastante intensa no sentido de elevar as despesas de Governo, em relação a área de saúde. Esta Casa mesmo aprovou um requerimento pedindo a aprovação da PEC 169,

da Emenda Constitucional 169, que reza um mínimo de 10% para a área da saúde. E a Lei de Diretrizes Orçamentárias não fixa um mínimo para se gastar na área da saúde, e ainda ontem a imprensa do nosso Estado tem divulgado, novamente, casos de pessoas que não têm acesso ao entendimento hospitalar em função dos baixos investimentos. Em contrapartida o Gabinete do Poder Executivo tem um montante mais elevado. Em função destas características do Substitutivo que já vinha e mantém aquilo que vem na LDO, na qual é colocado em 2ª prioridade as questões sociais do Governo, a Bancada do PT registra voto contrário a LDO.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar) - Exmo. Sr. Presidente, nobres colegas Deputados.

Quero ressaltar aqui a iniciativa do Deputado Dr. Rosinha de se preocupar com a saúde do nosso Estado do Paraná, apresentou uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias fixando um mínimo de 5% para a área da saúde do Estado do Paraná. Entretanto, a saúde e as demais Secretarias, todas entram na LDO, como despesas remanescentes, do remanescente do Orçamento da Receita. Você aplica em todas as Secretarias um percentual, que tem sido praxe na Assembleia, fixando até, a palavra até, quer dizer, temos previsto para a saúde do remanescente até 20%, como para as várias outras Secretarias, sempre esse dispositivo do "até". Mas, por uma questão, Deputado Rosinha, para que V.Exa. não fique sem uma explicação ao menos razoável, quero lhe dizer o seguinte: Quando vamos nas despesas prioritárias do Governo do Estado, e aí por uma questão de aritmética não pude acolher a sua Emenda, por mais louvável e por mais importante e desejável para todos nós cidadãos paranaenses. Nas prioridades, nas despesas prioritárias do Governo, vamos encontrar 60% para a área de pessoal, que são as despesas com pessoal, com serviços de dívida e com encargos. Alguns Parlamentares vão ficar até assustados com a informação que vou dar aqui mas é importante. Pegamos então 60% para o pessoal, incluímos aí encargos e todos os serviços. Aí colocamos mais 25% para educação. Sessenta mais 25 teremos 85% comprometido. Aí colocamos mais 7% para o Poder Judiciário. Vamos para 92% do orçamento comprometido constitucionalmente. Aí colocamos mais 5% para o Legislativo. Chegamos a 97% do orçamento comprometido só com as vinculações constitucionais. Colocamos mais 2% para ciência e tecnologia serão 99% do orçamento comprometido. E as remanescentes? Bom, as remanescentes aproveita um por cento do orçamento que sobra. Não seria possível nos 99% somarmos mais um teto mínimo de 5% para a área da saúde por mais louvável que seja a iniciativa, porque não conseguiríamos fechar 100. Iríamos fechar 104%. Razão pela qual, por uma questão aritmética não foi possível até incluir no orçamento este teto mínimo porque não fecharíamos os 100%, iríamos para 104%. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral.

**Aprovado. O projeto irá a Redação Final.**

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/97 que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), ao vigente Orçamento da Universidade Estadual do Centro Oeste, visando atender despesas correntes da UNICENTRO. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97 Mens.).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 278/97**

**PARECER:**

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 950.000,00 ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Centro Oeste, visando atender despesas correntes da UNICENTRO.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotações (anexo II), alterando o Demonstrativo da Receita (anexo III e IV).

Chamada a Comissão a se manifestar com relação à legalidade constitucional e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos Favoráveis.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DULCIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 278/97

PARECER:

#### Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 027/97, visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Centro Oeste, visando atender despesas correntes da UNICENTRO.

#### Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria entidade.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/97 que aprova Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 16.510.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e dez mil reais), COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97, mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 280/97

PARECER:

#### Relatório

O projeto de lei em questão, oriundo do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem Governamental nº 29/97, visa a aprovação de crédito suplementar no valor de R\$ 16.510.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e dez mil reais), ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

A providência orçamentária pretendida possibilitará atender despesas com a conclusão de obras do programa Corredores Rodoviários - BID IV, tendo em vista a previsão de ingressos financeiros, objeto de contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Já o cancelamento de recursos previstos no orçamento para as Obras da Ponte de Gualra e Ponte de Porto Camargo, devem-se ao fato de que inobstante a previsão no orçamento do DER, não poderão ser repassados pela União por não constarem do seu orçamento.

Em cumprimento ao estabelecido no inciso V do artigo 135 da Constituição Estadual foram indicados os recursos correspondentes ao crédito suplementar proposto, confor-

me já referido e especificado nos anexos II, IV, VI e VIII.

#### Parecer

Chamada esta CCJ a se manifestar, e estando satisfeitos os pressupostos de ordem constitucional e respeitados os ditames legais e regimentais, somos de parecer Favorável ao presente projeto de lei, para o seu devido encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 17.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 280/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 29/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 16.510.000,00 (dezesseis milhões quinhentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem, aprovado pela Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender despesas com a conclusão das obras do Programa Corredores Rodoviários - BID IV.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Importante salientar que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Chamada a opinar esta Comissão de acordo com o §3º, do art. 33, entende não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
EDNO GUIMARÃES - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/97 que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais), ao vigente orçamento da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, (Obras de Sistema de Abastecimento), COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 281/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da SANEPAR, no valor de R\$ 11.600.000,00.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão (anexos II e IV), alterando o Programa de Obras (anexos V e VI).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontrou que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos Favoráveis.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DULCIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 281/97

PARECER:

#### Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 030/97, visa apro-

var abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais), ao vigente orçamento da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

### Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que a pretendida medida legal visa dar cobertura orçamentária à integralização de capital pelo Estado na SANEPAR, os quais serão aplicados em obras de sistemas de abastecimento de água.

### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/97 que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.636.000,00 (quinze milhões, seiscentos e trinta e seis mil reais), ao vigente orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, visando atender despesas com aquisições de equipamentos e material permanente, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97 - Mens.).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 282/97

#### PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, no valor de R\$ 15.636.000,00.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 1996, ficando alterado o demonstrativo da Receita (anexo II).

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 282/97

#### PARECER:

#### Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/97, visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.636,00 (quinze mil seiscentos e trinta e seis reais), ao vigente orçamento da Biblioteca Pública do Paraná.

### Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que a pretendida medida legal visa atender despesas com aquisições de equipamentos de material permanente. Esclarecemos também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 1996.

### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL,

opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente;

ALBANOR GOMES - Relator.

### Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para que seja dada ciência ao Plenário de que a impressão da súmula do projeto ela está equivocada na Ordem do Dia, porque são 15 mil reais e algumas coisas a suplementação e foi impresso 15 milhões. Não se trata de uma suplementação de 15 milhões, mas de 15 mil apenas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a retificação do Deputado Pessuti o projeto está em votação. APROVADO.

### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 283/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/97, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamentos junto à União, destinados à liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, de responsabilidade da administração direta estadual, no valor de US\$ 152.980.877,99 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e sete dólares e noventa e nove cents de dólares dos Estados Unidos da América), Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., Em Regime de Urgência. (Publ. no D.A. nº 97, de 16.06.97 - Mens.).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 283/97

#### PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo visa autorizar o mesmo a contratar financiamentos junto à União, destinados à liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, de responsabilidade da Administração Direta Estadual, no valor de US\$ 152.980.877,99.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos FAVORÁVEIS.

Sala das Comissões, em 24.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

EDGAR BUENO - Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 283/97

#### PARECER:

#### RELATÓRIO

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 032/97, visa autorizar o Poder Executivo a contratar financiamentos junto à União, destinados à liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, de responsabilidade da Administração Direta Estadual, no valor de US\$ 152.980.877,99.

### FUNDAMENTAÇÃO

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que a pretendida medida legal consulta aos superiores interesses públicos, eis que virá ensejar um melhor e mais adequado esquema de suporte pelo Estado do Paraná, com vistas a atender compromissos assumidos nos empréstimos externos que realizou.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente;

ADEMAR TRAIANO - Relator.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Discutir) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, venho à Tribuna neste instante para pedir inclusive, Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, ou algumas lideranças dos Partidos de apoio, que antes da votação nos oriente a respeito, nos explique a respeito deste projeto que aqui está. Por que, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares? Porque quando este projeto votou na CCJ é claro que os componentes daquela Casa teriam que votar pela constitucionalidade, afinal de contas é de competência do Poder Executivo pleitear autorização para contratação de empréstimos.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, este projeto entrando na Ordem do Dia de hoje seguramente será votado em segunda também, se tiver emenda nela nós teremos transformação da Casa em Comissão Geral, não faremos interstício e é bem provável que até o final da legislatura esteja votado. Mas nós estamos votando o que? Eu me permito fazer a leitura aqui do encaminhamento feito pela Governadora do Estado em exercício, Emília Belinati.

Lê:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar financiamentos no valor de US\$ 152.980.877,99 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e sete dólares e noventa e nove cents de dólares dos Estados Unidos da América), junto à União destinados a liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos de credores estrangeiros. Visa ainda, autorizar o Poder Executivo a garantir, conforme específica, os financiamentos concedidos pela União para liquidação das dívidas vencidas e vicendas de responsabilidade de Órgãos da Administração Indireta Estadual, decorrentes de empréstimos obtidos junto a bancos estrangeiros.

A pretendida medida legal consulta aos superiores interesses públicos, eis que virá ensejar um melhor e mais adequado esquema de suporte pelo Estado do Paraná, com vistas a atender compromissos assumidos nos empréstimos externos que realizou, reestruturadas tais obrigações pela União, nos termos das Resoluções nºs 98/92, 90/93 e 132/93, do Senado Federal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Emília de Salles Belinati  
Governadora do Estado, em exercício

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Anibal Khury  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/CTL/Prot. 3.136.232-6/97

O SR. CAÍTO QUINTANA - Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, nesta Casa foi lido, na semana passada, um demonstrativo de que de 3 empréstimos com recursos assegurados que temos no Estado do Paraná, totalizando 360 milhões de dólares, aproximadamente, o saneamento de Curitiba e Região Metropolitana, um outro empréstimo para o ensino básico e um outro empréstimo de meio ambiente com o banco japonês, tem esse saldo para ser utilizado e me parece que está faltando é contrapartida de nossa parte.

Por outro lado, nós estamos vivendo uma grande celeuma, que é a respeito de solicitação de empréstimos que estão no Senado da República. E ontem foi lido aqui correspondência do Senador Osmar Dias, endereçando um ofício do Banco Central, para o Senador José Serra, Presidente da Comissão de Economia do Senado, dizendo, que o Estado não mandou a documentação solicitada comprovando a sua capacidade de endividamento.

Me preocupo, Deputado Valdir Rossoni, com sinceridade, e a pergunta que faço é para pedir esclarecimento e não para gerar polêmica, e me preocupa nesse instante, por

exemplo, que o Senado Federal está a apreciar pedido de empréstimo internacional para o Estado do Paraná, e que há contestação de falta de apresentação de balancete mostrando a capacidade do nosso Estado, Deputado Antonio Annibelli, e nesse mesmo instante a Assembléia Legislativa está votando um pedido de autorização para fazer empréstimo junto ao Governo da União, e tendo como argumento que é para pagar compromissos de empréstimos externos que nós não estamos conseguindo pagar. Parece que estamos fazendo um auto-reconhecimento de que efetivamente nós estamos tendo dificuldade de aplicar recursos, em contrapartida, Deputado Horácio. Esse Projeto votado hoje é um embaraço a quem for defender na Comissão de Economia no Senado, os empréstimos externos, porque nós estamos tendo que fazer empréstimos internos para quitar empréstimos externos já concedidos. E ao mesmo tempo estamos pedindo novos, sonhando informação da nossa capacidade de endividamento.

Gostaria de ver isso explicado nesta Casa, para que a Assembléia Legislativa não votasse sem saber o que está votando. Tenho, quero deixar claro aqui nessa Tribuna, a maior boa vontade de votar favorável. Eis que quero que o Estado do Paraná tenha condições econômicas para desenvolver todos os Projetos que possam servir de interesse ao nosso Estado, mas quero conhecer pelo menos as razões que nos levam a solicitar esse financiamento interno no Estado do Paraná.

Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, tenho muito orgulho de nesse período em que sou Deputado Estadual ter a honra de ter o Senhor como Presidente desta Casa de Leis, e se Deus me ajudar, e a V.Exa. também a voltarmos para cá, certamente V.Exa. continuará tendo o meu apoio.

Mas eu queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, chamar a atenção do nobre líder do Governo nesta Casa, para que nós aqui pudéssemos, civilizadamente, de forma muito gentil e cortês, tomar conhecimento desta matéria que eu confesso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que pouquíssimos Parlamentares tinham conhecido. Creio que pouquíssimos Parlamentares nesta Casa. Ontem ainda, creio que havia essa mensagem nesta junção ao Líder do Governo, sobre a questão do saldo devedor da dívida pública do Estado do Paraná, e ainda citei os dados de 31 de agosto de 1996, Deputado José Maria, porque a gente verifica que o Paraná tinha uma dívida interna e externa em 31 de agosto de 96, num total de Hum bilhão seiscentos e oitenta e um milhões de reais, sendo que a dívida externa do Paraná, junto ao Bird e ao BID, são os dois organismos que o Paraná tem dívida externa, é só isso que nós temos. Nós devemos trezentos e oitenta milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e trezentos e cinquenta e três reais, em 31 de agosto de 96. São dados oficiais, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o Governo vem a esta Casa, e pede autorização para poder contrair um empréstimo junto a União no valor de 152 milhões de reais ou o Governo do Estado conseguiu condições muito especiais de taxas de juros, junto ao Governo federal ou certamente nós estamos inadimplentes junto ao BID e ao Bird que me parece que não é o caso. Então, nós não podemos aqui nesta Casa, Senhores Deputados independente aqui da nossa posição de oposição e situação, votarmos este cheque em branco, porque senão nós estaremos repetindo o erro de tantas Assembléias Legislativas, de Câmaras de Vereadores, especialmente do Senado Federal, que assinou em branco aquelas famosas operações que possibilitaram a emissão de precatórios. Então, nós temos que ter aqui na verdade, um esclarecimento, uma discriminação de que valores são esses, que estamos autorizando ao Governo, acho que é indispensável isso, até porque estão aí os jornais de hoje, em estampar em manchetes que o Governo do Paraná vai ter uma ação do TRT de seqüestro de 40 milhões de reais direto na sua conta, porque o Estado não cumpriu os compromissos de pagar os precatórios trabalhistas. Sete aí as coisas que estão acontecendo com as prefeituras paranaenses, deixando muitas prefeituras em gravíssimas dificuldades.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho que esta matéria é de maior importância, creio eu que nós não estamos nos colocando contra, desde que haja um esclarecimento detalhado sobre esta situação de contratar um empréstimo de 152 milhões, junto a União que na minha avaliação é extremamente elevado. Ou está errado isto aqui ou tem que ter uma explicação, para poder quitar quase 40% da dívida externa que o Paraná tem. Confesso que gostaria de saber qual é a explicação que o governo tem para esta matéria. Quero dizer ao Deputado Caíto Quintana que informou com muita propriedade as questões na Tribuna.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente (Para Encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI (Para Encaminhar) - Eu escutei atentamente as ponderações feitas pelo Deputado Caíto Quintana, em relação a este projeto que autoriza o Poder Executivo auferir empréstimos na ordem de 152 milhões de reais, junto ao governo brasileiro. Acho que as ponderações colocadas pelo Deputado Caíto Quintana, são procedentes e deviam ser confortadas por todo o Plenário da Assembléia. Acho que para que a gente dirima as dúvidas em relação a capacidade de pagamento e das finalidades as que se destina esses empréstimos. Acho que seria bom que nós retardássemos pelo menos mais uma sessão na aprovação deste projeto e trouxéssemos as explicações da Secretaria das Finanças da Fazenda do Estado do Paraná, para que procedesse as informações ao Plenário da Assembléia Legislativa, para que pudéssemos aprovar. Até hoje, nós não deixamos de emprestar apoio a nenhum empréstimo que o Poder Executivo solicitou à Assembléia Legislativa. Acho que esse é o entendimento do conjunto da Casa. Mas tenho a oportunidade de conhecer as finalidades do porquê está se pedindo, fazendo essa solicitação de empréstimo ao Governo Federal, teremos condições de votar com um pouco mais de conhecimento da destinação desses recursos.

Então o apelo que faço ao Líder da Bancada do Governo e a V.Exa. e estou fazendo um requerimento neste sentido, é de que nós retardaríamos a votação da 2ª discussão desse Projeto para que possamos ouvir o Secretário da Fazenda as explicações necessárias sobre a destinação desta verba.

O SR. IRINEU COLOMBO (Questão de Ordem) - A questão de ordem que encaminho a V.Exa. é no sentido de que nós não temos aqui, na nossa pauta, o Projeto de Lei em si. Temos apenas a Mensagem de encaminhamento pela Governadora em exercício e dois pareceres da CCJ e

um parecer da Comissão de Finanças. Então é mais uma dúvida que temos para poder votarmos este Projeto. Não temos o conhecimento do teor e os artigos que ele tenha, para a gente poder votar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter o Projeto em primeira discussão, porque já tem a sua discussão encerrada. Mas vai atender, de acordo com as Lideranças, com o Líder do Governo e os outros Líderes, após a aprovação deste Projeto vai retirá-lo da Ordem do Dia para que seja apreciado ou numa convocação extraordinária ou em agosto quando volta o período Ordinário.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Gostaria de responder a colocação feita pelo Deputado Romaneli quanto as informações do Senado, de que na segunda-feira, estará à disposição dos Senhores Parlamentares - na Liderança do Governo, quais foram os dias que nós recebemos comunicação do Senado e qual o dia que foi respondido. Terei em mãos toda essa documentação para esclarecer esta questão levantada ontem e hoje aqui nesta Casa.

O SR. JOSÉ MARIA (Questão de Ordem) - Os Deputados não possuem cópia do Projeto. Então não tem como ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A proposta acordada com as Lideranças é aprovação em 1ª discussão, a segunda fase é a fase de apresentação das emendas. Nós vamos votar ou na convocação extraordinária depois do dia 15, se houver. Ou a partir de 1º de agosto.

APROVADO O PROJETO 283/97. O Projeto será reconduzido à Ordem do Dia em convocação extraordinária ou em agosto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Quero agradecer a sensibilidade deste Governo e a sensibilidade da Mesa, para que nós possamos estudar com mais profundidade, que amanhã mais uma vez a Assembléia mostre que ela está preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Muito justo.

# ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/97. Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 7.258.275,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 103, de 23.06.97. - Mens.)

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01	
DE DESPESA		ANEXO		R\$ 1.00	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IPROCI
I	I	DESPESA	IRI		ICOP
7100	SECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I
	TRANSPORTES	I	I I I		I
		I	I I I		I
7130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I I I		I
	RODAGEM - DER	I	I I I		I
1180	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	4490.51179	ILI	7.258.275	101841
TOTAL				7.258.275	I

ACRESCIMO		ANEXO I I		FL. 02	
DA RECEITA		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	PROCI	
	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I		
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -	I	I		
	DER	I	I		
159.10.731XDESSO DE ARRECADACAO - CONVENIOS COM		78	7.258.275	10184	
	ORGANOS DO ESTADO	I			
TOTAL		I	7.258.275		

SUPLEMENTACAO		ANEXO I I I		FL. 03	
DA OBRA		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	PROCI	
1100	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I		
1130	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -	I	I		
	DER	I	I		
1180	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	I	I		
0070	CONSTRUIR RODOVIA PAVIMENTADA ENTRE	I	I		
	QUEDAS DO IGUAÇU E TRÊS BARRAS DO	I	I		
	PARANÁ	78	7.258.275	10184	
TOTAL		I		01	
		I	7.258.275		

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 294/97

PARECER:

O Projeto de Lei sob análise é originário da Mensagem Governamental nº 23/97, que objetiva a aprovação de crédito suplementar no valor de R\$ 7.258.275,00, ao orçamento do DER.

A providência orçamentária proposta possibilitará a execução de obra rodoviária no trecho entre Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná e os recursos para tanto são oriundos de excesso de arrecadação decorrente de assinatura do convênio entre o DER e a COPEL para execução da referida obra. Por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária não havia previsão de convênio neste sentido.

A necessidade da autorização legislativa para alteração orçamentária proposta, decorre de imperativo constitucional (art. 135, inciso VI), que também impõe sejam indicados os recursos para a devida cobertura. Providência tomada nos anexos que acompanham a proposição.

Portanto, em consonância com os mandamentos constitucionais, legais e regimentais, está o Projeto de Lei em condições de receber parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente.

WALMOR TRENTINI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 294/97

PARECER:

Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 023/97, visa aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 7.258.275,00 (sete milhões, duzentos e cin-

quenta e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, vinculado a Secretaria de Estado dos Transportes.

Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que a pretendida medida legal visa atender a apresentação de excesso de arrecadação referente ao convênio, não previsto na elaboração da Lei Orçamentária, entre o DER e a COPEL para a execução de obra rodoviária no trecho entre Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DULIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/97. Visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 643.353,00, ao vigente orçamento da Procuradoria Geral do Estado, visando atender ao pagamento de precatórios do IASP, remanescentes do exercício de 1995. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA, Aprovado. (Publ. no D.A. nº 103, de 23.06.97. - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 295/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo visa aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento da Procuradoria Geral do Estado, visando atender ao pagamento de precatórios do IASP, remanescentes do exercício de 1995, no valor de R\$ 643.353,00.

Servirá como recurso para cobertura do crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação (anexo II), alterando o Demonstrativo da Receita (anexos III e IV).

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos favoráveis.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DULIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 295/97

PARECER:

#### Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 024/97. Visa aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 643.353,00, ao vigente orçamento da Procuradoria Geral do Estado, visando atender ao pagamento de precatórios do IASP, remanescentes do exercício de 1995.

#### Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/97, que aprova um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 103, de 23.06.97 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 296/97

PARECER:

Visa o projeto de lei em exame a obtenção de autorização legislativa para que o Poder Executivo proceda ajuste, no montante de R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais), no orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

A medida proposta viabilizará o atendimento de despesas com a complementação das obras de acesso rodoviário entre a Usina de Alcool Junqueira e o Distrito de Alto Alegre, conforme termo de Cooperação Técnica firmado entre o DER e o Município de Colorado.

Atendendo disposição constitucional contida no inciso V do art. 135, a mensagem governamental indicou como origem dos recursos para cobertura da programação, o cancelamento de dotação do próprio órgão, mediante remanejamento de recursos inicialmente destinados à aquisição de equipamentos.

Tendo em vista que a proposição está em conformidade com os ditames constitucionais, legais e regimentais esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 296/97

PARECER:

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 026/97, visa aprovar um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Tal proposta já foi analisada e discutida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças foi chamada a opinar, verificou que a pretendida medida legal visa atender despesas com complementação das obras de acesso rodoviário entre a Usina de Alcool Junqueira e o Distrito de Alto Alegre.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

DULIO GENARI - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/97, de autoria do Deputado Julio Ando, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva de Londrina - ACEL, com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 103, de 23.06.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 298/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Julio Ando, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva de Londrina - ACEL, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar conclui que a proposição cumpre os ditames da Lei nº 6.994, com as alterações da Lei nº 8.589.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria registrar a presença do Prefeito José Lineu Gomes, Prefeito de Nova Laranjeiras e também do Presidente do PSDB de Laranjeiras do Sul, Leoni Luiz Moleti, e registrar também o esforço que o Prefeito Lineu vem fazendo em prol do seu município. Todos sabemos, todos os Deputados e aqueles que lá não puderam comparecer, através da imprensa, da destruição que teve o município de Nova Laranjeiras.

Quero publicamente parabenizar o trabalho do Prefeito Lineu, do vice-Prefeito, Guido, do seu Secretário, de toda a sua equipe, que com coragem e determinação, usando todos os seus esforços, estão conseguindo reconstruir Laranjeiras do Sul. E também dizer, Prefeito, que desta Casa, V. Exa. terá o apoio de todos os Deputados independente de partido político e tenha absoluta certeza, também do Governador Jaime Lerner, de todos os Secretários Estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença dos Prefeitos, Vereadores e autoridades principalmente de Nova Laranjeiras do Sul, que deu a demonstração de capacidade de iniciativa tendo em vista o abalo que aquela cidade, aquele município sofreu.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 189 e 236/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 100, 195, 196, 200, 223, 224, 269, 278, 280, 281, 282, 283, 294, 295, 296, 298 e 305/97.

Levanta-se a sessão.